

Corretores fundam cooperativa em Belém. Página 6.

DINHEIRO

Carne Fria chega ao fim com 15 autuações

OPERAÇÃO
Ibama afirma que não haverá novas notificações de frigoríficos no Pará

BRASÍLIA
THIAGO VILARINS
Da Sursural

Apesar de não querer cancelar a operação Carne Fria, a presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Suely Araújo, afirmou que "não vai haver novas autuações de frigoríficos no Pará". A afirmação foi feita na última quarta-feira, 29, em reunião solicitada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e que contou com parlamentares da bancada do Pará no Congresso, representantes do Governo do Estado e entidades empresariais.

De acordo com Suely, a operação já realizou todas as autuações programadas. "Agora é só organização documental. Na prática ela (operação) foi concluída", informou. A operação Carne Fria analisou cinco mil Guias de Trânsito Animal (GTA) em três Estados brasileiros. Ao todo, 15 frigoríficos foram notificados e impedidos de comercializar seus produtos. No Pará, foram 11. A operação ainda notificou três plantas frigoríficas no Tocantins e uma na Bahia. Entre os

compradores, estavam dois frigoríficos da JBS, um em Redenção e outro em Santana do Araguaia.

Para Renato Costa, presidente da JBS Divisão Carnes, causa estranheza a operação do Ibama, tendo em vista que o frigorífico havia assinado, ainda em 2009, um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público Federal e afiançado pelo Governo do Estado, no qual se comprometia em não comprar gado de área desmatada. "Foi um processo construído ao longo dos anos e que está servindo de exemplo para outros Estados. Além do TAC da Carne, temos auditoria independente e assinamos um compromisso público com o Greenpeace. Ficamos sem entender essa operação", comentou.

O presidente da JBS ressaltou os impactos negativos para a credibilidade do setor e ainda acusou o Ibama de ter sido "alheio ao processo de construção do TAC". Segundo Renato Costa, apesar do desbloqueio, as grandes redes supermercadistas (Wallmart, Carrefour, Grupo Pão de Açúcar) estariam evitando não comprar a produção de frigoríficos do Pará.

Até o momento, dos 11 frigoríficos bloqueados pelo Ibama, três conseguiram o desbloqueio pelas vias judiciais. Outros dois já entraram com o pedido para voltar a operar junto à superintendência regional do Ibama em Marabá e outros seis frigoríficos, de me-



Empresas ressaltaram as repercussões negativas da operação para a pecuária do Pará

nor porte, já teriam iniciado o processo de desbloqueio, com expectativa de liberação para até o final dessa semana.

Para o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, a operação Carne Fria foi "inoportuna". Ele confirmou ter pedido agilidade no processo de análise e no desbloqueio das empresas notificadas. "Todos os que entraram com o pedido estão sendo desembargados e os seis menores, apresentando a documentação, serão imediatamente atendidos. Não sou contra operações dessa natureza, mas achei inoportuna, tanto que a partir de agora eu mudarei meu estilo. Daqui pra frente vou querer saber de tudo que vai acontecer", refor-

çou o ministro.

O senador Flexa Ribeiro lembrou que o País já estava em "sobressalto" em razão da operação Carne Fria, iniciada no dia 17, quando foi "atropelado" pela operação Carne Fria. "Depois da queda o coice. Não podemos aceitar uma operação como essa. Deve ser feita? Deve, mas não com pirotecnia. Não pode expor o país como foi feito. Tinha que ser feita, mas com responsabilidade", defendeu.

Para o senador, o melhor era que o Ibama cancelasse a operação Carne Fria e suspendesse as notificações. Flexa sugeriu ainda que a presidente do Ibama publicasse uma nota conjunta

com o Governo do Estado, reconhecendo os esforços que veem sendo realizados desde 2009 para conter o avanço do desmatamento na Amazônia.

A proposta do senador foi sustentada pelo secretário executivo do Programa Municípios Verdes, Justiniano Netto. "O Pará vem avançando com ferramentas de gestão e transparência para dar maior controle em suas operações de combate ao desmatamento. É o caso do Centro Estadual de Monitoramento Ambiental, inaugurado nesta sexta-feira, 31. Entendemos que o embargo é uma medida desproporcional e causa danos à credibilidade do Governo como fiador do

A operação Carne Fria analisou cinco mil GTAs em três Estados

TAC da Carne, à confiabilidade do processo de construção desse termo e a imagem das empresas, potencializando os abalos decorrentes com a operação Carne Fria. Penso que a publicação de uma nota conjunta seria fundamental para reconhecer o esforço de quem vem cumprindo o TAC e resgata a credibilidade do Estado do Pará", concluiu.

GRUPO DE TRABALHO

Durante a reunião, outra importante resolução foi confirmada pelo ministro. Na próxima quinta-feira, 6, o Ministério do Meio Ambiente instala o Grupo de Trabalho (GT) do Controle Florestal do Estado do Pará. A instauração desse grupo vinha sendo negociada desde agosto do ano passado pelo senador Flexa Ribeiro com o governo federal.

Com o objetivo de discutir a legislação ambiental, os procedimentos legais e formas de ações adotadas pelos órgãos de meio ambiente no Pará, o GT garante assento a representantes do MMA, Ibama, ICBio, Serviço Florestal, Senado, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa, Governo do Pará e MPE.

UE fará auditoria no sistema de controle da carne

BRASÍLIA
Agência Estado

O Ministério da Agricultura informou ontem que a União Europeia decidiu fazer auditorias no sistema de fiscalização e controle da carne do Brasil. A decisão foi discutida entre o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Luis Eduardo Rangel, e o diretor da DG Santé, órgão

de controle sanitário da UE, Koen Van Dyck, em reunião que durou cerca de uma hora e meia no período da manhã e contou a presença de técnicos do Brasil e UE.

Em nota, a pasta informou que as auditorias, que serão feitas por técnicos do bloco econômico, "servirão para reafirmar a solidez e a segurança do nosso sistema fiscalização e controle". As datas das audi-

tórias ainda serão fixadas.

O ministério ainda informou que os esclarecimentos feitos pelo governo brasileiro em relação à Operação Carne Fraca da Polícia Federal foram bem recebidos pelos representantes europeus. "Ficou claro que os problemas dizem respeito a falhas de conduta de servidores do ministério e que o controle sanitário e a qualidade dos produtos produzidos no Brasil es-

tao mantidos", cita a nota.

Ficou acertado na reunião que, nas próximas horas, o Ministério da Agricultura encaminhará à União Europeia documento detalhado com todos os esclarecimentos solicitados. Na ocasião, os técnicos da UE também apresentaram uma agenda comercial, que inclui a visita de técnicos brasileiros a empresas que desejam exportar para o Brasil.

Transparência na divulgação de testes

BRASÍLIA
Agência Brasil

O ministro Blairo Maggi voltou a prometer transparência na divulgação do resultado das análises de produtos dos 21 frigoríficos interditados após a deflagração da Operação Carne Fraca, pela Polícia Federal (PF). A ação trouxe a público a suspeita de irregularidades na produção de carne e seus derivados, bem como na fiscalização do setor.

Ontem, ao visitar Campo Grande (MS), onde participou da inauguração do Laboratório Multiusuário de Biossegurança para a Pecuária (Biopec), instalado na Embrapa Gado de Corte, o ministro voltou a garantir que os laudos de 12 das 174 amostras de produtos colhidas em supermercados de 22 estados e já periciadas não acusam "qualquer perigo do produto para a saúde humana".

"Recolhemos, nos mercados, produtos das 21 plantas [industriais] interditadas. Já ti-

vemos 12 laudos sem nenhum problema. Os outros estão [sendo periciados] nos laboratórios do ministério e, assim que tivermos os resultados, comunicaremos da forma mais transparente, informando [à população] à medida em que as coisas forem acontecendo", disse o ministro a jornalistas que acompanharam sua chegada para almoçar em uma churrascaria da capital do Mato Grosso do Sul, um dos principais produtores de carnes do Brasil. O estabelecimento onde Maggi, sua comitiva e o governador Reinaldo Azambuja almoçaram serve produtos de ao menos duas marcas investigadas pela PF.

Maggi não respondeu quando o ministério planeja liberar a produção dos 21 frigoríficos interditados no último dia 17, quando foi deflagrada a Operação Carne Fraca, mas adiantou que os resultados das demais análises devem ser divulgados nas próximas semanas.

Não será fácil superar problema, afirma ministro

BRASÍLIA
Agência Estado

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, disse ontem que "não será fácil" superar os problemas na cadeia produtiva da carne, que sofreu forte impacto da Operação Carne Fraca, da Polícia Federal. "Parou todo o sistema. Até recolocar, fazer com que as coisas voltem a acontecer, é natural (a demora)."

Ele fez esse comentário ao ser questionado sobre a decisão da JBS de dar férias coletivas em 10 de suas 36 unidades de abate de bovinos do País e também pelo acúmulo de 300 mil perus para abater em granjas de Mineiros (GO), onde foi interdito um frigorífico da BRF que processa aves.

"Vamos ter problemas, sim", admitiu. "Não é porque o mercado (externo) reabriu que volta

tudo ao normal no dia seguinte", lamentou. É por isso, explicou o ministro, que o governo anunciou na quarta uma linha de crédito de R\$ 1 bilhão para socorrer os produtores. Se, por exemplo, os granjeiros de Mineiros perderem os perus, "o prejuízo é gigante", reconheceu. E esses produtores precisam de apoio financeiro para retomar suas atividades.

O ministro previu que os frigoríficos interditados po-

derão ser reabertos em duas a três semanas. A Agricultura aguarda os laudos técnicos para certificar-se que não há mais problemas. "Não tem nenhuma ação para retardar", afirmou. "O que queremos é a normalidade do mercado."

O secretário executivo do ministério, Umar Novacki, disse que a área técnica está levantando dados sobre eventuais impactos da Operação Carne Fraca no mercado interno.

merval pereira



merval@oglobo.com.br

Cunha no caminho do PT

Mais uma vez Eduardo Cunha torna-se um obstáculo ao PT. Depois de ter presidido a Câmara no processo que levou à cassação da ex-presidente Dilma, ele agora foi condenado pelo juiz Sérgio Moro a 15 anos e 4 meses de prisão, tirando do partido do ex-presidente Lula a desculpa esfarrapada de que há uma perseguição seletiva contra ele e o PT.

Cunha, condenado antes de Lula, é uma espécie de salvo-conduto da turma de Curitiba diante da opinião pública. Cada vez fica mais difícil afirmar que Lula é o objetivo principal da Operação Lava-Jato. Para piorar o quadro para os petistas, Cunha acusou Moro

de querer se transformar "em um justiciero político", e que ele, Cunha, seria uma espécie de "troféu em Curitiba".

Cunha também disse que o juiz Sérgio Moro não tinha condições para julgá-lo, por sua "parcialidade e motivação política" - o mesmo tom que Lula e seus aliados usam para se referir aos processos em que Lula é réu na Lava-Jato.

Ao mesmo tempo, a força-tarefa da Operação Lava-Jato anunciou um processo bilionário contra o PP, o partido que o procurador Deltan Dallagnol havia divulgado como o que tinha mais políticos investigados do que o PT. Dallagnol respondia pela enésima vez a uma pergunta sobre o dire-

cionamento das investigações em Curitiba, que os petistas alegam ser uma perseguição política ao seu partido. Pois o PP e o PMDB têm mais políticos investigados do que o PT, embora fosse o partido de Lula o coordenador das ações.

A ação de improbidade administrativa contra o PP e dez políticos da legenda é a primeira movida contra um partido político com base nas investigações do esquema de propina instalado na Petrobras. Ela estava prevista desde o início das apurações, à medida que ficava patente que os partidos políticos, especialmente PT, PMDB e PP, usavam suas legendas para negociatas envolvendo dinheiro público

desviado das estatais.

A ideia inicial dos procuradores de Curitiba era pedir a extinção das legendas partidárias envolvidas nas falcaturas, e a suspensão de suas cotas no Fundo Partidário. Com a evolução das investigações, temendo serem acusados de "criminalizar" a política partidária, decidiram não mexer no Fundo Partidário e não pedir a extinção das legendas, mas punir com pesadas multas os acusados.

O procurador Dallagnol fez questão de frisar que a ação de improbidade não pretende obstruir a atividade política, por isso não foi pedido bloqueio das verbas do Fundo Partidário. Além dos direitos

políticos suspensos, os procuradores pedem uma punição que pesará no bolso dos atingidos: perda de contagem de tempo para aposentadoria parlamentar.

Tanto Moro quanto o procurador Deltan Dallagnol destacaram a gravidade de políticos se candidatarem custeados por propina. Segundo Moro, "a responsabilidade de um parlamentar federal é enorme e, por conseguinte, também a sua culpabilidade quando pratica crimes. Não pode haver ofensa mais grave do que a daquele que trai o mandato parlamentar e a sagrada confiança que o povo nele depositou para obter ganho próprio."

Para Dallagnol, as propinas

ajudaram o PP a eleger mais parlamentares, distorcendo o resultado das urnas, e, além disso, a ser mais beneficiado pelo Fundo Partidário pelo tamanho artificial da legenda.

Certamente PMDB e PT serão duramente atingidos por outras ações de improbidade, e é possível que as legendas não tenham condições de continuar existindo diante da falência financeira que se avizinha.

Na Itália da Operação Mãos Limpas, todos os quatro partidos no governo em 1992, a Democracia Cristã (DC), o Partido Socialista Italiano (PSI), o Partido Social-Democrata Italiano e o Partido Liberal Italiano, desapareceram, por falta de votos ou condições financeiras.